

DIREITO CONSTITUCIONAL II – Questionário – 2º bimestre

PARTE I - TEORIA GERAL DA SEPARAÇÃO DE PODERES

- 1- O que é o sistema de freios e contrapesos?
- 2- Cite três instrumentos constitucionais que estejam a serviço do sistema de freios e contrapesos.
- 3- O que são funções típicas e funções atípicas dos Poderes de Estado e que relação elas possuem com “preponderância” e “secundariedade”?

PARTE II - PODER LEGISLATIVO

a) Estrutura e organização

- 4- O que é o bicameralismo federativo?
- 5- Quanto à representação, o que distingue deputados federais e senadores?
- 6- O que é uma “legislatura”?
- 7- O que é sessão legislativa?
- 8- O que são sessões legislativas extraordinárias?
- 9- O que é uma reunião extraordinária, no âmbito do Legislativo?
- 10- Indique três situações que, nos termos da CF, obrigam a reunião conjunta das Casas do Legislativo.
- 11- Quantas são as mesas do Legislativo Federal e qual o prazo de duração de seus mandatos?
- 12- Como é formada e quem preside a Mesa do Congresso Nacional?
- 13- No Legislativo Federal, que cargos são privativos de brasileiros natos?

b) Atribuições

- 14- Que instrumento legislativo é utilizado pela Câmara dos Deputados para exercer as suas competências privativas indicadas no art. 51 da CF?
- 15- Que instrumento legislativo é utilizado pelo Senador Federal para exercer as suas competências privativas indicadas no art. 52 da CF?
- 16- Que instrumento legislativo é utilizado pelo Congresso Nacional para exercer as suas competências exclusivas indicadas no art. 49 da CF?
- 17- O Presidente da República participa, de algum modo, da elaboração de resoluções ou de decretos legislativos produzidos pelo Poder Legislativo no exercício de suas competências privativas ou exclusivas? Por que?
- 18- Que instrumento legislativo é utilizado para a ratificação de tratados internacionais pelo Congresso Nacional?
- 19- Quem pode autorizar determinado Município a obter financiamento do Banco Mundial (operação de crédito externo)?
- 20- Que Poder é responsável pelo controle externo das contas prestadas pelo Chefe do Executivo Municipal e quem o auxilia nesta missão?

c) Eleição, Posse e mandato

- 21- Que princípios ou sistemas regem as eleições para os cargos de deputado federal e de senador?
- 22- Como se determina o número total das cadeiras para a Câmara de Deputados?
- 23- Qual o número mínimo e qual o número máximo de deputados federais que cada Estado e o DF podem eleger?
- 24- Qual o critério básico, adotado pela Constituição, para determinar o número de vereadores que um Município pode ter?
- 25- Os Territórios Federais podem eleger deputados e senadores? Em que número?
- 26- O Distrito Federal elege deputados federais e senadores? Se positiva a resposta, quantos podem ser os eleitos?
- 27- Quantos senadores cada Estado e o DF podem eleger?
- 28- Poderá um estrangeiro, naturalizado brasileiro, candidatar-se ao Senado Federal?
- 29- Qual a duração do mandato dos senadores? E dos deputados federais?
- 30- A eleição para o Senado depende do cálculo de “quociente eleitoral”? Por que?
- 31- Em prazo e de que modo o Senado pode ter a sua composição renovada?
- 32- Tomando por base a data da posse, qual a idade mínima para que alguém possa concorrer aos cargos de Senador, deputado federal, deputado estadual e vereador?

d) Comissões Parlamentares

- 33- Que distinções podem ser apontadas entre as comissões parlamentares permanentes e as comissões parlamentares temporárias?
- 34- Que tipos de comissões temporárias estão previstas nos regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal?
- 35- Como é criada uma CPI?

- 36- O que são CPIs mistas?
- 37- Que poderes tem uma CPI quando investiga um fato determinado?
- 38- Uma CPI instaurada no nível federal pode ter por objeto de investigação fatos relativos a uma Administração estadual ou Municipal? Por que?
- 39- Pode uma CPI decretar a indisponibilidade de bens das pessoas investigadas?
- 40- A CPI tem poderes para decretar a quebra do sigilo bancário de uma pessoa?
- 41- A CPI tem poderes para decretar o perdimento de bens de uma pessoa?
- 42- Uma CPI pode decretar a prisão preventiva de um investigado, a fim de que ele não venha a sair do país? Por que?
- 43- Elaboradas e aprovadas, que destinação terão as conclusões de uma CPI?
- 44- Depois das conclusões, pode uma CPI instaurar uma ação penal contra aqueles cuja responsabilidade criminal restou demonstrada na investigação? Por que?

e) Estatuto dos Congressistas

- 45- O que significa a “prerrogativa de foro” para deputados federais e senadores?
- 46- O que é a imunidade material ou inviolabilidade, que protege os parlamentares?
- 47- Explique a imunidade parlamentar formal, quanto à prisão, que beneficia deputados e senadores.
- 48- Em que consiste a imunidade parlamentar formal, quanto ao processo, que pode beneficiar deputados ou senadores?
- 49- A imunidade parlamentar formal, quanto ao processo, estende-se a fatos ocorridos antes da diplomação?
- 50- É cabível prisão civil contra um senador? Por que?
- 51- Das regras que incluem prerrogativa de foro, imunidades e incompatibilidades, integrantes do chamado “estatuto do congressista”, quais são aplicáveis aos vereadores?
- 52- Como é denominado o impedimento constitucional para que deputados e senadores ocupem cargo ou função em uma empresa pública?
- 53- Um parlamentar pode ser processado, durante o mandato, por tentativa de homicídio? Em caso positivo, estaria protegido por algum tipo de imunidade?
- 54- Quem julga um deputado federal ou um senador pela prática de um crime?
- 55- Quem tem a atribuição constitucional para fixar os subsídios dos deputados federais e dos senadores?
- 56- Pode ser preso um deputado estadual surpreendido pela polícia no momento em que praticava um crime?
- 57- Um deputado federal pode assumir a Presidência de uma empresa estatal? Por que?
- 58- O servidor público estável, eleito vereador, pode acumular o exercício de seu cargo e a vereança? Se positivo, em que condições?

f) Perda do mandato

- 59- O Presidente do Senado permitiu que despesas pessoais de sua filha fossem pagas com dinheiro público. Se esse fato restar comprovado, que repercussões pode ter no âmbito interno do Senado?
- 60- Fala-se, no atual momento da vida nacional, em recebimento de vantagens indevidas por parte de deputados federais e senadores. Alguns foram condenados pelo STF. Que consequências podem gerar essas condenações, no que concerne aos mandatos dos condenados? Explique.
- 61- Instaurado um processo interno, na Casa Legislativa, quantos votos serão necessários para a cassação do mandato de um parlamentar?
- 62- Um deputado que está sendo investigado por uma CPI e pela Comissão de Ética da Câmara, por percepção de vantagem indevida, pode renunciar ao mandato antes da instauração do processo disciplinar? Que consequências terá este ato quanto à possibilidade de candidatar-se novamente na próxima eleição?
- 63- O parlamentar que, em sessão de trabalho, fez afirmação da qual se possa inferir ofensa à honra do Governador de certo Estado, responde civil e criminalmente por este ato? Por que?
- 64- Quais as hipóteses previstas na Constituição que podem acarretar a cassação do mandato de um parlamentar?
- 65- Que atos caracterizam a “quebra de decoro parlamentar” e que consequências essa quebra pode trazer?
- 66- Que consequências sofrerá o parlamentar cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar?
- 67- A decretação de perda de mandato, por quebra de decoro parlamentar, depende de que tipo de decisão?

DIREITO CONSTITUCIONAL II – Questionário – 2º bimestre

PARTE III - TRIBUNAL DE CONTAS

- 68- A que poder pertence o Tribunal de Contas da União?
- 69- Qual a principal função do Tribunal de Contas?
- 70- Qual a natureza do controle exercido pelo Tribunal de Contas?
- 71- Quais os principais aspectos do ato administrativo, analisados pelo Tribunal de Contas?
- 72- Em que implica a análise da legitimidade de um ato administrativo, feita pelo Tribunal de Contas?
- 73- Quem pode acionar o Tribunal de Contas, visando à averiguação de uma irregularidade que atinge a administração pública?
- 74- Que providências pode adotar o Tribunal de Contas ao constatar irregularidades na Administração Pública?
- 75- Tem o Tribunal de Contas da União competência para punir (multar) particulares? Em que hipótese?
- 76- O Tribunal de Contas tem poderes para sustar a execução de um ato administrativo (um contrato, por exemplo)? Em que caso?
- 77- Pode o Poder Judiciário, por meio de ação própria, rever atos de controle praticados pelo Tribunal de Contas?
- 78- Quais os níveis de Tribunais de Contas existentes no Brasil e, segundo a Constituição, como são escolhidos os seus integrantes e em que número?
- 79- Que relação existe entre o TCU e o Congresso Nacional?

PARTE IV - PODER EXECUTIVO

a) Eleições

- 80- No sistema constitucional brasileiro é possível que o candidato a Presidente seja eleito e o seu Vice não? Por que?
- 81- Numa eleição presidencial, como se deve proceder se, antes do segundo turno da votação, houver morte, desistência ou impedimento de candidato selecionado pelo primeiro turno?
- 82- Qual a exigência constitucional básica, pré-eleitoral, para que um prefeito possa concorrer a outro cargo público eletivo?
- 83- Para concorrer à reeleição, os Chefes do Executivo precisam afastar-se do cargo que ocupam? Por que?
- 84- Quais as condições constitucionais de elegibilidade para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República?
- 85- Tomando por base a data da posse, qual a idade mínima para que alguém possa concorrer aos cargos de Presidente da República, Governador e Prefeito?
- 86- Qual a exigência constitucional para que alguém consiga se eleger Presidente da República ou Governador no primeiro turno de votação?
- 87- Aplica-se a regra do segundo turno às eleições municipais? Em que casos?

b) Atribuições

- 88- No rol das atribuições presidenciais (art. 84, CF), quais podem ser objeto de delegação?
- 89- O Presidente pode delegar algumas das atribuições previstas no art. 84 da CF. Quais as autoridades que podem receber essas delegações?
- 90- Para fins de gestão da administração pública, quem pode regulamentar uma lei e quais os limites desta regulamentação?
- 91- Quem tem a atribuição constitucional para fixar os subsídios do Presidente da República e dos Ministros de Estados?
- 92- Quais os pressupostos constitucionais básicos para que o Presidente possa baixar uma medida provisória?
- 93- O que se pode considerar como função imprópria do Vice-Presidente da República?
- 94- Quais os instrumentos legislativos de que o Presidente da República pode lançar mão?

c) Órgãos auxiliares

- 95- O que são cargos públicos demissíveis *ad nutum*?
- 96- Para que alguém seja nomeado Ministro de Estado é necessário que seja brasileiro nato?
- 97- Várias autoridades integram o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. Quais as autoridades que são membros natos de ambos os Conselhos?
- 98- O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional devem ser consultados pelo Presidente, antes de tomar algumas decisões. Na temática dessas consultas, que assuntos devem ser objetos de pronunciamento de ambos os Conselhos?
- 99- Qual dos órgãos auxiliares do Presidente tem, precipuamente, a missão de opinar quanto a questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas?

100- Qual dos órgãos auxiliares do Presidente tem a incumbência constitucional de propor critérios de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional?

101- Alguns cidadãos podem ser nomeados para compor o Conselho da República. Nos termos da CF, que requisitos esses cidadãos precisam preencher para essa nomeação e quantos cidadãos podem ser nomeados para um mesmo período?

102- O que é o “referendo ministerial”?

103- Uma lei federal foi devidamente regulamentada. Que medida pode ser utilizada por um Ministro do Estado a fim de que ocorra a correta aplicação dessa lei e do respectivo regulamento?

d) Substituição e sucessão

104- Se durante o mandato vagarem, simultaneamente, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, quem deve assumir o comando do país?

105- Vagando os cargos do Executivo, no nível federal, antes do término do mandato, como deverão ser escolhidos os sucessores?

e) Responsabilidade criminal e prerrogativas dos Ministros de Estado

106- O que é a imunidade formal prevista na Constituição em favor dos Ministros de Estado?

107- Quem julga um Ministro de Estado quando ele pratica um crime comum?

108- Quem julga um Ministro de Estado quando, sozinho, ele pratica um crime de responsabilidade?

109- Comete crime o Ministro da Fazenda que, devidamente convocado, deixou, injustificadamente, de comparecer perante uma CPI, para prestar informações referentes à sua pasta? Se positiva a resposta, que tipo de crime ele comete?

f) Responsabilidade criminal e prerrogativas dos Chefes do Executivo

110- Quem processa e julga o Presidente da República por crime de responsabilidade?

111- Quem processa e julga o Presidente da República por crime comum?

112- O que é a imunidade formal prevista na Constituição em favor do Presidente da República?

113- Recebida a denúncia ou queixa contra o Presidente da República (instauração de processo criminal), qual a primeira consequência que esse ato provoca?

114- Certo prefeito, utilizando dinheiro público, concedeu empréstimos a servidores, sem autorização da Câmara Municipal. Tal ato caracteriza crime de responsabilidade impróprio (art. 1º, inc. IX, do Decreto-lei 201/67). Quem pode processar e julgar o prefeito nesse caso?

115- Quais as fases de um processo criminal contra o Presidente da República?

116- Certo prefeito deixou de atender, sem motivo justo, os pedidos de informações da Câmara Municipal e determinou que vários atos administrativos onerosos fossem mantidos em segredo (sem publicação). Tais práticas caracterizam crimes de responsabilidade próprios, previstos no art. 4º, incs. III e IV, do Decreto-lei 201/67. Quem pode processar e julgar o prefeito por esses crimes?

117- Quem pode processar e julgar um prefeito quando ele comete um crime eleitoral?

118- Quem processa e julga um Governador quando comete um crime comum?

119- Quais as penas que podem ser impostas ao Presidente, caso venha a ser condenado por crime de responsabilidade?

120- O que é a prerrogativa da “irresponsabilidade penal relativa”, instituída em favor do Presidente da República? Ela beneficia Governadores e Prefeitos?

121- Quais dos Chefes dos Executivos possuem imunidade à prisão?

122- No julgamento do Presidente por crime de responsabilidade, quem preside o órgão julgador?

123- O Presidente da República pode se ausentar do país sem autorização do Congresso Nacional?